

O ecossistema amazônico

JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

Como secretário-geral e, depois, presidente do IBDF, de meados de 1971 até março de 1974, não posso omitir-me na polêmica amazônica, que ultimamente está ganhando as páginas dos jornais do mundo inteiro, só porque alguns burocratas do Banco Mundial resolveram opinar sobre o assunto.

A preocupação do governo brasileiro com a Amazônia não é recente, nem foi provocada por bancários. Para limitar-me aos últimos 20 anos, desejo dizer que em março de 1971, quando João Maurício Nabuco — que ia ser empossado na presidência do IBDF — convidou-me para assumir a Secretaria Geral daquele instituto, um dos atrativos que vi no convite foi exatamente a oportunidade de exercitar algumas idéias que, de longa data, eu tinha sobre a Amazônia, onde havia inclusive morado um ano, na época em que meu pai, engenheiro do Ministério da Agricultura, ali desenvolveu um trabalho pioneiro, semelhante ao que Bernardo Sayão implantava no Sul de Goiás.

Assim, já na Secretaria Geral do IBDF, preparei um plano de trabalho para definir as linhas gerais da política de utilização racional dos recursos naturais renováveis da Amazônia, partindo do reconhecimento de que ainda não dispúnhamos de conhecimentos científicos e técnicos, que nos permitissem estabelecer critérios de exploração, compatíveis com a capacidade de recuperação dos ecossistemas amazônicos. Entendia que eram temerários alguns projetos em curso na Sudam e no Incra — que pressupunham a transformação de extensas áreas florestais em pastagens ou zonas de colonização — sem saber com certeza o que poderia acontecer com a camada superficial do solo, sob o escoamento das águas pluviais, e o que isso acarretaria sobre a estabilidade, a longo prazo, do sistema fluvial amazônico. Ou o que ocorreria com o clima da região e, por influências induzidas, com os climas e regimes hídricos das bacias do Prata e do São Francisco.

Concordavam conosco inúmeros outros técnicos e funcionários do governo. Tínhamos pela frente uma questão da maior gravidade que, eventualmente, poderia comprometer uma das maiores riquezas naturais do Brasil, que é o potencial hidroelétrico; sem falar dos danos diretos à própria região. Apresentei o plano de trabalho, e sugeri a João Maurício a criação de um Grupo Especial, para definir a política a ser adotada pelo IBDF na Amazônia.

A sugestão foi imediatamente aceita, e eu fui designado para coordenar os trabalhos e entrar em entendimentos com outros órgãos federais, regionais ou estaduais, com jurisdição na área, para elaborar um planejamento minucioso e preparar uma estratégia de ação.

Estruturamos o grupo em diversos subgrupos, dentre os quais destacavam-se o de pesquisa, o de extensão florestal, e o de controle. O de pesquisa teria por incumbência reunir os conhecimentos básicos para o desenvolvimento de técnicas de exploração que garantissem a permanência do equilíbrio ecológico; o de extensão seria encarregado de difundir entre os usuários, as técnicas desenvolvidas, e o de controle supervisionaria a correta aplicação dessas técnicas.

Para evitar que experiências malsucedidas provocassem danos em áreas extensas, resolvemos confinar todos os experimentos numa micro-região especialmente delimitada. Com esse objetivo, propusemos a criação da Floresta Nacional do Tapajós, o que foi feito por decreto, assinado pelo presidente da República, em fevereiro de 1974. Desse modo, seriam utilizadas apenas as técnicas de exploração que, testadas na Floresta Nacional de Tapajós, tivessem se revelado compatíveis com o equilíbrio ecológico, ou seja: que garantissem a integridade dos solos, a regularidade hidrológica, a proteção à vida silvestre etc.

Além disso, preconizávamos que pelo menos metade da região amazônica ficasse protegida em regime permanente, sob a forma de parques nacionais, que abrigariam, inclusive, as reservas indígenas. Chegamos a iniciar os estudos para a delimitação desses parques, e propusemos a criação do primeiro deles, o Parque Nacional da Amazônia, com um milhão de hectares, o que foi feito pelo presidente da República, no início de 1974. Infelizmente, tais iniciativas foram abandonadas e esquecidas, a partir de março de 1974. Vemos agora, com esperança, que a nova orientação do governo, em relação à Amazônia, coincide em grande parte com o que tínhamos planejado naqueles distantes anos de 1972 a 1974. Se a equipe responsável pela condução do programa Nossa Natureza tiver interesse em conhecer as linhas gerais de nosso projeto, sugerimos procurar, nos arquivos do extinto IBDF, as portarias de nºs 2708-P, de 23/02/72; 2799-P, de 10/04/71 e 2865, de 12/5/72. Estas portarias definem a estrutura do grupo especial da Amazônia criado pelo IBDF em 1972, assim como os roteiros detalhados de trabalho para cada subgrupo e equipe. Talvez muita coisa ainda possa ser aproveitada.

Joaquim Francisco de Carvalho foi secretário-geral e presidente do IBDF, entre abril de 1971 e março de 1974.